SEXUALIDADE E PSICOPATOLOGIA

Autor(res)

Heron Flores Nogueira
Myriam Dias De Almeida
Rosangela Alves Abade Furtado
Débora Soares Da Silva
Gisele Fontes Valentim
Letícia Barros De Andrade
Gabriel Oliveira Dos Santos
Rayanne Lara

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

O artigo de Henrique Araújo Aragusuku (2020) propõe uma revisão crítica da atuação histórica da psicologia frente às sexualidades dissidentes. Dialogando com a psicologia crítica e a teoria queer, o autor evidencia como discursos científicos contribuíram para patologizar expressões de desejo e identidades de gênero que fogem à norma heterocisnormativa. A partir de autores como Foucault, Freud, Bento e Russo, discute-se o papel da psicologia na regulação e exclusão de corpos não hegemônicos. Esta reflexão lança luz sobre os efeitos da medicalização da sexualidade e destaca a necessidade de uma prática psicológica ética, plural e comprometida com os direitos humanos e a diversidade sexual e de gênero.

Objetivo

Analisar criticamente como a psicologia historicamente contribuiu para a patologização das sexualidades não normativas, destacando os efeitos desse processo na construção de normas de gênero e sexualidade, e refletir sobre a importância de práticas psicológicas éticas, inclusivas e comprometidas com os direitos humanos.

Material e Métodos

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-crítica, com ênfase na análise documental e interpretativa de produções acadêmicas que exploram as intersecções entre psicologia, sexualidade e normatividade. A escolha metodológica fundamenta-se no reconhecimento de que os discursos científicos não são neutros, mas historicamente situados e atravessados por relações de poder, como discutido por Foucault (1976). A partir dessa perspectiva, busca-se compreender como a psicologia, enquanto campo de saber e prática, contribuiu para a construção e naturalização de categorias que patologizam sexualidades dissidentes.

O texto de Henrique Araújo Aragusuku (2020) constitui o eixo central da análise, pois oferece uma revisão crítica

da atuação histórica da psicologia frente às expressões não normativas de desejo e identidade de gênero. A partir dele, são mobilizadas reflexões de autores como Freud (1905), Butler (2003), Bento (2006), Russo (2002) e Green (2007), que permitem situar a sexualidade como um fenômeno produzido discursivamente, atravessado por dispositivos de controle e regulação.

A pesquisa adota uma perspectiva interdisciplinar, dialogando com a psicologia crítica, os estudos de gênero e a teoria queer, a fim de sustentar uma análise que problematize os impactos da medicalização, da normatização e da exclusão de corpos e subjetividades não hegemônicos. A metodologia proposta visa, assim, contribuir para o fortalecimento de práticas psicológicas comprometidas com os direitos humanos, com a escuta plural e com o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero como parte fundamental da subjetividade humana.

Resultados e Discussão

Os resultados desta análise evidenciam como a psicologia histórica contribuiu para a construção da noção de "sexualidades desviantes", classificando práticas como homossexualidade, fetichismo e outras expressões sexuais fora da norma como patologias. Autores como Krafft-Ebing, Freud e Havelock Ellis influenciaram essa categorização, consolidada em instrumentos como o DSM, que incluiu a homossexualidade como transtorno até 1973. Embora removida, os efeitos dessa patologização ainda se fazem presentes em discursos clínicos e sociais.

Segundo Foucault (1976), a sexualidade foi progressivamente medicalizada e controlada por meio de discursos científicos que, ao invés de apenas descrever, passaram a produzir e normatizar identidades. A psicologia, nesse processo, atuou como ferramenta de controle, reforçando a heterocisnormatividade e marginalizando vivências dissidentes. Freud, ao introduzir a noção de sexualidade infantil, tensionou certos limites morais, mas ainda contribuiu para a ideia de um “desenvolvimento sexual normal”, mantendo o caráter excludente.

Aragusuku (2020) propõe uma leitura crítica desses processos, apontando que a ciência não é neutra e que a psicologia operou como agente de exclusão social e epistêmica. Teóricas contemporâneas como Bento (2006), Russo (2002) e Butler (2003) reforçam essa crítica ao denunciar os efeitos subjetivos da normatização e ao defender uma clínica ética, acolhedora e plural. Desnaturalizar a ideia de desvio e reconhecer a diversidade sexual e de gênero como legítima são passos fundamentais para uma psicologia comprometida com os direitos humanos e com a superação de violências simbólicas e institucionais.

Conclusão

A análise mostra que a noção de sexualidades desviantes é uma construção histórica, sustentada por saberes científicos que reforçaram normas e exclusões. O artigo de Aragusuku (2020) evidencia o papel da psicologia na patologização das sexualidades dissidentes, destacando a importância de uma crítica epistemológica a esse legado. Ao dialogar com autores como Foucault, Freud, Bento e Butler, reforça-se a necessidade de uma psicologia ética e inclusiva, comprometida com os direitos humanos, que valorize a diversidade e promova práticas clínicas voltadas à dignidade e à justiça social.

Referências

ARAGUSUKU, Henrique Araújo (2021). Um Capítulo Esquecido na História da Psicologia? Sexualidades Desviantes, Psicopatologia e Normalidade.Psicologia: Ciência e Profissão, v. 43, e263291, p. 1–15, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703000263291. Acesso em: 14 abr. 2025.

FOUCAULT, Michel (1976). História da Sexualidade: A vontade de saber.10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FREUD, Sigmund (1905). Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade. Rio de Janeiro: Imago, 1905.

BENTO, Berenice (2006). A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. São Paulo: Garamond, 2006.

RUSSO, Ann J. (2002). Psicologia, sexualidade e exclusão: discursos científicos e seus efeitos.São Paulo: Cortez, 2002.